

Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira

Matheus Lins Rocha

Débora Cristina Fernandes Ananias Alves Ferreira

# LEI DE ARBITRAGEM

Comentada  
*artigo por artigo*

*Prefácio*

Ministro Luis Felipe Salomão

2019



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia  
Tel: (71) 3045.9051  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Diagramação:** Ana Paula Lopes Corrêa ([aninha\\_lopescorreia@hotmail.com](mailto:aninha_lopescorreia@hotmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

F525I Ferreira, Olavo Augusto Vianna Alves.  
Lei de Arbitragem Comentada Artigo por Artigo/ Olavo Augusto Vianna Alves  
Ferreira, Matheus Lins Rocha, Débora Cristina Fernandes Ananias Alves Ferreira. –  
São Paulo: Juspodivm, 2019.  
384 p.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-2749-7.

1. Arbitragem. I. Ferreira, Olavo Augusto Vianna Alves. II. Rocha, Matheus Lins.  
III. Ferreira, Débora Cristina Fernandes Ananias. IV. Título.

CDD 342.6642

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

---

## INTRODUÇÃO

1. ESCORÇO HISTÓRICO DA ARBITRAGEM NO BRASIL.....	19
2. MEIOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	23
3. CONCEITO DE ARBITRAGEM.....	28
4. VANTAGENS DA ARBITRAGEM.....	30
5. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DE ARBITRAGEM.....	39
6. NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM.....	41
7. AUTONOMIA DO DIREITO ARBITRAL E APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA ARBITRAGEM.....	48
8. PRINCÍPIOS DA ARBITRAGEM.....	51
8.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ARBITRAGEM.....	52
8.2 PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS DA ARBITRAGEM.....	61
8.3 PRINCÍPIOS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO RELACIONA- DOS À ARBITRAGEM.....	80

## LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996

<b>Art. 1º</b> .....	83
1. ARBITRABILIDADE.....	83
1.1 ARBITRABILIDADE SUBJETIVA.....	84
1.2 ARBITRABILIDADE OBJETIVA.....	86
2. ARBITRAGEM TEMÁTICA.....	92
2.1 ARBITRAGEM NO DIREITO DO CONSUMIDOR.....	92
2.2 ARBITRAGEM COLETIVA.....	98
2.3 ARBITRAGEM NAS LOCAÇÕES DE IMÓVEIS URBANOS.....	101
2.4 ARBITRAGEM NO DIREITO SOCIETÁRIO.....	102

2.5	ARBITRAGEM NA FALÊNCIA, NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, E LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL .....	111
2.6	ARBITRAGEM NO DIREITO DE FAMÍLIA .....	115
2.7	ARBITRAGEM NO DIREITO DAS SUCESSÕES.....	117
2.8	ARBITRAGEM NO DIREITO DO TRABALHO .....	118
2.8.1	CONSTITUCIONALIDADE DA ARBITRAGEM TRABALHISTA	122
2.8.2	ABRANGÊNCIA DA ARBITRAGEM TRABALHISTA.....	129
2.8.3	ADIANTAMENTO DE CUSTAS E DESPESAS NA ARBITRAGEM TRABALHISTA .....	131
2.9	ARBITRAGEM E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	133
2.9.1	ESCOLHA DAS INSTITUIÇÕES ARBITRAIS E ÁRBITROS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	145
2.9.2	ANTECIPAÇÃO DAS CUSTAS E HONORÁRIOS NA ARBITRAGEM ENVOLVENDO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	150
2.9.3	VERBA HONORÁRIA LIGADA À SUCUMBÊNCIA NA ARBITRAGEM COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	151
2.10	ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA.....	151
2.11	ARBITRAGEM E O DIREITO AMBIENTAL .....	153
3.	ARBITRAGEM OBRIGATÓRIA OU NECESSÁRIA .....	157
	<b>Art. 2º</b> .....	162
1.	ESPÉCIES DE ARBITRAGEM.....	162
2.	ORDEM PÚBLICA E BONS COSTUMES.....	166
	<b>Art. 3º</b> .....	176
1.	CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM .....	176
2.	EFEITOS DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM .....	179
3.	EXTENSÃO SUJETIVA DA CONVENÇÃO .....	181
4.	EXTENSÃO OBJETIVA DA CONVENÇÃO .....	188
	<b>Art. 4º</b> .....	190
1.	CONCEITO DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA .....	190
2.	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA E ELEIÇÃO DE FORO .....	196
	<b>Art. 5º</b> .....	198
1.	ESPÉCIES DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA .....	198
	<b>Art. 6º</b> .....	205
1.	COMPLEMENTAÇÃO DA CLÁUSULA ARBITRAL VAZIA .....	205

<b>Art. 7º</b> .....	206
1. AÇÃO JUDICIAL DE EXECUÇÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	207
<b>Art. 8º</b> .....	212
1. AUTONOMIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	212
<b>Art. 9º</b> .....	216
1. COMPROMISSO ARBITRAL.....	216
<b>Art. 10</b> .....	218
1. ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS DO COMPROMISSO ARBITRAL .....	218
<b>Art. 11</b> .....	220
1. ELEMENTOS FACULTATIVOS DO COMPROMISSO ARBITRAL.....	221
<b>Art. 12</b> .....	222
1. EXTINÇÃO DO COMPROMISSO ARBITRAL.....	223
<b>Art. 13</b> .....	224
1. QUALIFICAÇÃO DO ÁRBITRO .....	225
2. ESCOLHA, ACEITAÇÃO E NOMEAÇÃO DOS ÁRBITROS.....	228
3. ÁRBITRO PRESIDENTE, SECRETÁRIO E COÁRBITROS .....	231
4. ATRIBUTOS DO ÁRBITRO.....	231
<b>Art. 14</b> .....	234
1. IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO.....	234
2. RECUSA E DESTITUIÇÃO DO ÁRBITRO .....	242
<b>Art. 15</b> .....	243
1. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO .....	243
<b>Art. 16</b> .....	244
1. DIREITO DE ESCUSA E SUBSTITUIÇÃO DO ÁRBITRO .....	244
<b>Art. 17</b> .....	245
1. RESPONSABILIDADE PENAL DO ÁRBITRO .....	245
2. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ÁRBITRO E DA INSTITUIÇÃO ARBITRAL.	246
<b>Art. 18</b> .....	249
1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DA PREVISÃO.....	249
<b>Art. 19</b> .....	250
1. INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM.....	250

<b>Art. 20</b> .....	252
1. ARGUIÇÃO DE INCOMPETÊNCIA, SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO DO ÁRBITRO E DE NULIDADE, INVALIDADE OU INEFICÁCIA DA CONVENÇÃO .....	253
<b>Art. 21</b> .....	255
1. PROCEDIMENTO ARBITRAL .....	255
2. FASES DO PROCEDIMENTO ARBITRAL .....	257
2.1. FASE POSTULATÓRIA .....	258
<b>Art. 22</b> .....	260
1. INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO ARBITRAL .....	260
2. PRINCIPAIS ESPÉCIES DE PROVAS E RESPECTIVOS MEIOS DE PRODUÇÃO ...	261
3. REVELIA.....	265
4. MEMORIAIS PÓS AUDIÊNCIA.....	267
<b>Art. 22-A</b> .....	268
1. TUTELAS DE URGÊNCIA NA ARBITRAGEM.....	268
2. QUESTÕES TERMINOLÓGICAS .....	269
3. ÁRBITRO DE EMERGÊNCIA .....	271
<b>Art. 22-B</b> .....	272
1. APRECIÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA PELO ÁRBITRO DA TUTELA CONCEDIDA PELO PODER JUDICIÁRIO .....	272
<b>Art. 22-C</b> .....	273
1. CARTA ARBITRAL .....	274
<b>Art. 23</b> .....	278
1. SENTENÇA ARBITRAL.....	278
<b>Art. 24</b> .....	282
1. DECISÃO DOS ÁRBITROS .....	282
<b>Art. 25</b> .....	283
<b>Art. 26</b> .....	283
1. REQUISITOS DA SENTENÇA ARBITRAL .....	283
<b>Art. 27</b> .....	286
1. CUSTAS E DESPESAS DA ARBITRAGEM E LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ .....	286
<b>Art. 28</b> .....	287
1. CONCILIAÇÃO NO PROCEDIMENTO ARBITRAL .....	287

<b>Art. 29</b> .....	288
1. COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL .....	288
<b>Art. 30</b> .....	289
1. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E CORREÇÃO .....	289
<b>Art. 31</b> .....	291
1. EFEITOS DA SENTENÇA ARBITRAL .....	291
<b>Art. 32</b> .....	292
1. NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL .....	292
1.1 PRECEDENTES VINCULANTES DO ARTIGO 927 DO CPC E NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL .....	298
1.2 NULIDADE DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM .....	305
1.3 DECISÃO QUE EMANOU DE QUEM NÃO PODIA SER ÁRBITRO .....	306
1.4 NULIDADE DA SENTENÇA QUE NÃO CONTIVER OS REQUISITOS DO ART. 26 DA LEI DE ARBITRAGEM .....	307
1.5 SENTENÇA PROFERIDA FORA DOS LIMITES DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM .....	309
1.6 COMPROVADO QUE A SENTENÇA FOI PROFERIDA POR PREVARICAÇÃO, CONCUSSÃO OU CORRUPÇÃO PASSIVA .....	310
1.7 SENTENÇA PROFERIDA FORA DO PRAZO, RESPEITADO O DISPOSTO NO ART. 12, INCISO III, DA LEI DE ARBITRAGEM .....	311
1.8 NULIDADE DA SENTENÇA QUANDO FOREM DESRESPEITADOS OS PRINCÍPIOS DE QUE TRATA O ART. 21, § 2º, DA LEI DE ARBITRAGEM .....	312
<b>Art. 33</b> .....	312
1. MEIOS DE RESISTÊNCIA AO COMANDO CONTIDO NA DECISÃO ARBITRAL .....	313
1.1 AÇÃO ANULATÓRIA DE SENTENÇA ARBITRAL .....	314
1.1.1 PRAZO DECADENCIAL DE 90 DIAS .....	320
1.1.2 MEDIDAS DE URGÊNCIA NA AÇÃO ANULATÓRIA .....	321
2. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL .....	323
2.1 EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL .....	328
2.2 IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL .....	329
3. AÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL QUE HOMOLOGA TRANSAÇÃO DAS PARTES COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 966, §4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	336
4. AÇÃO RESCISÓRIA .....	338

5. RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÃO ARBITRAL .....	339
6. AÇÃO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL COMPLEMENTAR ....	343
<b>Art. 34</b> .....	344
1. ARBITRAGEM NACIONAL E INTERNACIONAL .....	344
<b>Art. 35</b> .....	345
1. HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA .....	345
<b>Art. 36</b> .....	347
1. APLICAÇÃO DO CPC/2015 À HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA.....	347
<b>Art. 37</b> .....	348
1. REQUERIMENTO DE HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRAN- GEIRA.....	349
<b>Art. 38</b> .....	350
1. DENEGAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRAN- GEIRA NO ARTIGO 38 .....	351
<b>Art. 39</b> .....	358
1. DUAS HIPÓTESES DE DEGENERAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA NO ARTIGO 39 .....	358
<b>Art. 40</b> .....	363
1. EFEITO DA DENEGAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA.....	363
<b>Art. 41</b> .....	363
1. DISPOSIÇÕES FINAIS .....	364
<b>Art. 42</b> .....	357
1. EFEITOS DA APELAÇÃO NO PEDIDO DE INSTITUIÇÃO DE ARBITRAGEM ....	368
<b>Art. 43</b> .....	369
<b>Art. 44</b> .....	369
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	371